REQUERIMENTO N. / 2008

(Do Sr. Dep. Domingos Dutra)

Requer revisão do despacho que determinou constituição de Comissão Especial para apreciação do PL n. 231/2007.

Senhor Presidente,

Requeiro, com fulcro no art. 114, IV, c/c art.32,IV, e art.139,II,"C", todos do RICD, a revisão do despacho que determinou a criação de Comissão Especial para apreciar o PL N.º 231/2007, de minha autoria, pelos fundamentos que passo a aduzir.

DA APRESENTAÇÃO DO PROJETO:

O recorrente apresentou a proposição em **27 de fevereiro de 2007,** sendo o mesmo despachado em **07.03.07**, para comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Constituição e Justiça;

DA APROVAÇÃO PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE:

Em 13.03.07, o projeto foi despachado para Comissão de Meio ambiente, a qual, após tramitação regular aprovou em 8.8.07, por unanimidade parecer favorável da lavra do ilustre Deputado Sarney Filho.

DA DISTRIBUIÇÃO PARA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO:

Em **28.08.07**, o projeto foi distribuído para Comissão de Finanças e Tributação, sendo designado Relator o Deputado **Sílvio Torres** e aberto prazo para emendas;

DO REQUERIMENTO DO DEPUTADO LIRA MAIA:

Em **05.09.07**, o Deputado Lira Maia apresenta requerimento requerendo a revisão do despacho inicial de **03.03.07**, para que o projeto fosse redistribuído para comissões de agricultura e Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional, o que implicaria em caso de deferimento na constituição de



Comissão Especial;

Em **17.09.07,** o projeto foi distribuído apenas para Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional, em face da retirado por parte do Deputado Lira Maia, do requerimento acima referido;

Em 12.12.07, a Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional, por unanimidade aprova parecer favorável ao projeto em referência, sendo o mesmo **publicado em 17.12.2007**;

DA DISTRIBUIÇÃO À COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO:

Em **17.12.07,** o projeto foi distribuído novamente à Comissão de Finanças e Tributação;

NOVO REQUERIMENTO DE RESDISTRIBUIÇÃO:

Em 18.12.07, o Deputado Homero Pereira apresenta requerimento requerendo que o projeto seja distribuído para Comissão de Agricultura, requerimento deferido em 03.03.08, sendo o projeto submetido a apreciação de Comissão Especial, sendo mais uma vez o projeto devolvido da Comissão de Finanças e Tributação;

DO RECURSO:

O requerente recorre deste último despacho que deferiu o requerimento do Deputado Homero Pereira, submetendo o projeto à apreciação de Comissão Especial.

DA INTEMPESTIVIDADE E DA INSEGURANÇA JURÍDICA:

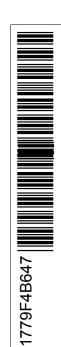
O requerimento do Deputado Homero Pereira é intempestivo. O primeiro despacho distribuindo o projeto é de 03 de março de 2007, após regular publicação. Destes atos não houve qualquer manifestação do Deputado Homero Pereira ou de qualquer outro.

O segundo despacho referente à redistribuição do projeto 231/07 é de **17 de setembro de 2007**. <u>Deste despacho não houve qualquer manifestação</u>;

O projeto já tem parecer favorável das Comissões de Meio Ambiente e Amazônia e Desenvolvimento Regional.

Ora, não é razoável e nem justo, que a cada momento um deputado, após perder prazos, atravesse requerimentos que mudam substancialmente o rito processual de tramitação da proposição, anulando as tramitações até então, o trabalho realizado e os pareceres existentes.

Em todo rito processual há prazos. Na Câmara



não pode ser diferente, sob pena de se instalar completa insegurança jurídica.

Desta forma, por ser intempestivo o requerimento do Deputado Homero deve ser indeferido e em consequência reformado o despacho recorrido;

DA INTENÇÃO PROCLASTINATÓRIA

Não há dúvidas de que o novo requerimento tem o claro objetivo procrastinatório, uma vez que o rito estabelecido pela comissão especial e a sua composição retardará a apreciação conclusiva do mencionado projeto.

Este projeto atende os interesses e direitos de mais de **400 mil mulheres quebradeiras de coco.** O mesmo já tramita nesta Casa desde **1985**, portanto há treze anos, após sucessivas aprovações por comissões técnicas e arquivamentos. Já é hora da apreciação conclusiva do mencionado projeto, alentando com sua aprovação, o sonho destas bravas brasileiras;

DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DO DESPACHO:

Por essa razão em nome da segurança jurídica e do respeito aos prazos regimentais, requeiro a V.Exa a revisão do despacho que determinou a criação de Comissão Especial para examinar o PL 231/2007, devendo a tramitação seguir seu curso natural, encaminhando-se a proposição à Comissão de Finanças e Tributação, e por fim à CCJC. Considerando que o mesmo já foi apreciada pela Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Termos em Oue

Pede Deferimento

DOMINGOS DUTRA Deputado Federal - PT/MA

Justiça de faz na luta

Sala das Sessões em,

de 2008

